

Salgueiro III Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Salgueiro III Energias Renováveis S.A

Terra Nova – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salgueiro III Energias Renováveis S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salgueiro III Energias Renováveis S.A em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2020

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP023228/O-4



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Salgueiro III Energias Renováveis S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2019	2018 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.676	80
Adiantamento a Terceiros		1	250
Tributos a recuperar		1	-
Total do ativo circulante		26.679	330
Não circulante			
Intangível	6	5.831	1.942
Total do passivo não circulante		5.831	1.942
Total do ativo		32.510	2.271

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2019	2018 (não auditado)
Circulante			
Fornecedores	7	5	351
Obrigações Tributárias	8	88	-
Total do passivo circulante		93	351
Patrimônio líquido			
Capital social	9	32.527	1.955
(-) Capital a Integralizar		-	(9)
Prejuízos acumulado		(110)	(27)
Total do patrimônio líquido		32.417	1.920
Total do passivo e do patrimônio líquido		32.510	2.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro III Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e
2018**

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018 (não auditado)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	10	<u>(67)</u>	<u>(14)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(67)	(14)
Despesas financeiras	11	(21)	(14)
Receitas financeiras	11	<u>4</u>	<u>1</u>
Resultado financeiro líquido		(17)	(13)
Prejuízo do exercício		<u>(84)</u>	<u>(27)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro III Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

**Exercícios findos em 31 de dezembro de
2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
	<hr/>	<hr/> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(84)	(27)
Outros resultados abrangentes	<hr/> -	<hr/> -
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(84)</u></u>	<u><u>(27)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro III Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	-		
Integralização de capital	1.946		1.946
Prejuízo do Exercício	<u>-</u>	<u>(27)</u>	<u>(27)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	1.946	(27)	1.920
Integralização de capital	30.581	-	30.581
Prejuízo do Exercício	<u>-</u>	<u>(84)</u>	<u>(84)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.527	(110)	32.417

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro III Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018 (não auditado)
	<u> </u>	<u> </u>
Prejuízo do exercício	(84)	(27)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Diminuição nos impostos a recuperar	(1)	-
Diminuição / (aumento) nos demais ativos circulantes	249	(250)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	(346)	351
Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	<u>88</u>	<u>-</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	(94)	75
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	<u>(3.890)</u>	<u>(1.942)</u>
Caixa líquido das atividades de investimentos	(3.890)	(1.942)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	<u>30.581</u>	<u>1.946</u>
Caixa líquido das atividades de financiamentos	30.581	1.946
Aumento líquido de caixa	<u>26.596</u>	<u>80</u>
Caixa no início do exercício	80	-
Caixa no final do exercício	<u>26.676</u>	<u>80</u>
Aumento líquido de caixa	<u>26.596</u>	<u>80</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Salgueiro III Energias Renováveis S.A., “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 de março de 2018, estabelecida na Rodovia BR 232, S/N – KM 534, Santa Terezinha, Terra Nova no estado de Pernambuco. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

A Companhia é controlada integral da Salgueiro Solar Holding S.A. Em abril de 2019, a Companhia passou fazer parte do Complexo Fotovoltaicos Salgueiro, constituído de 3 (três) parques Fotovoltaicos com capacidade instalada pico total de 39 MW¹, localizados no município Terra Nova, no Estado de Pernambuco. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação em janeiro de 2021.

Não auditado¹

1.1 Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia solar:

Projeto Fotovoltaico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Salgueiro III	Port. 157	08/05/2018	30 anos	39

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW)	Preço contratado (MW/h)	Índice de reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Salgueiro III	LEN 04/2017	38,4	R\$ 145,45	IPCA	20 anos	Dezembro

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de iniciar e concluir a construção do parque fotovoltaico e iniciar as operações previstas para 01 de janeiro de 2021. Considerando que os investimentos necessários serão suportados por aportes dos acionistas controladores (já integralmente realizados durante o exercício de 2019) bem como por financiamento já contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no entanto, ainda não disponibilizados, a Companhia concluiu nessa revisão que

nesse momento não há risco significativo em relação a sua capacidade de iniciar e finalizar a construção e por consequência iniciar as operações na data prevista. .

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras , foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 08 de maio de 2020.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há estimativas e premissas que apresentem risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

a. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável,

quando aplicável.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos para constituição de empréstimos. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das

metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros

para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) não trouxe impacto para as demonstrações financeiras da Companhia, visto que as contraprestações dos arrendamentos são integralmente calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, devido a ocorrência de oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação, a Companhia não reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques fotovoltaicos serão instalados.

b. ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento tributos sobre lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC 32 – Tributos sobre o lucro, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; e/ou
- Se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não apresentou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve alteração quanto ao tratamento fiscal relativo ao imposto de renda e contribuição social, já adotados anteriormente pela Companhia, uma vez que se encontra em fase pré-operacional, portanto sem receita de clientes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa (a)	<u>26.676</u>	<u>80</u>

	26.676	80
--	---------------	-----------

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa. Sua rentabilidade é variável e está vinculada a movimentação da conta.

6 Intangível

Abaixo seguem as movimentações do intangível:

	Saldo em 31/12/2018 (Não Auditado)	Adição	Saldo em 31/12/2019
Projetos em Andamento	1.942	3.889	5.831
Total do ativo intangível	1.942	3.889	5.831

	Saldo em 31/12/2017 (Não Auditado)	Adição	Saldo em 31/12/2018 (Não auditado)
Projetos em Andamento	-	1.942	1.942
Total do ativo intangível	-	1.942	1.942

7 Fornecedores

	2019	2018 (não auditado)
Serviços	5	351
Total de fornecedores	5	351

8 Obrigações Tributárias

	2019	2018
INSS Retido	1	-
IRRF Retido	18	-
ISS Retido	4	-
Pis/Cofins/CSLL	65	-

Total das obrigações tributárias	88	-
----------------------------------	----	---

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 32.527 (R\$ 1.946 em 31 de dezembro de 2018), representado por 32.526.988 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Salgueiro Solar Holding S.A, detentora de 100% das ações. Durante o exercício de 2019 foram realizadas as integralizações de capital que totalizam o montante de R\$ 30.581.

b. Movimentação societária

	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Acionistas	Ações ON	Ações ON
Canadian Solar Inc.	-	1.945.365
Salgueiro Solar Holding S.A	32.526.988	-
Total	32.526.988	1.945.365

10 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018 (não auditado)
Serviços de Terceiros - PJ	(22)	(1)
Serviços Advocatícios	(6)	-
Serviços de Contabilidade	(33)	(13)
Viagens e Estadias	(5)	-
Total de despesas Gerais e Administrativas	(67)	(14)

11 Despesas e Receitas Financeiras

	2019	2018 (não auditado)
Outros, Juros, Tarifas e Impostos	(2)	(4)
Despesas Tributárias	(19)	(10)

Total de despesas financeiras	<u>(21)</u>	<u>(14)</u>
Rendimento aplicações financeiras e descontos obtidos	4	1
Total de receita financeira	<u>4</u>	<u>1</u>
Resultado Financeiro Líquido	(17)	(13)

12 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2019	
	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	26.676	Nível 2
Passivos financeiros		
	Custo amortizado	Nível
Fornecedores	5	Nível 2
	2018	
	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	80	Nível 2
Passivos financeiros		
	Custo amortizado	Nível
Fornecedores	351	Nível 2

Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar,

analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variações de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. A Companhia e a controlada entendem que os valores reconhecidos e o valor justo não apresentam diferenças devido a:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras estão valorizadas pelos valores dos certificados de depósitos interbancários na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- b) **Fornecedores** - A Companhia e sua controlada entendem que valor justo de fornecedores, por possuir os seus vencimentos no curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil.

Riscos de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Riscos operacionais

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas: devido a controlada estar ainda em fase de construção poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, tais como atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda, a controlada depende de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados da Companhia e suas controladas.

Riscos Regulatórios

As atividades da controlada são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos do setor (MME, ONS, FNDC etc). A companhia e suas controladas tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(não auditado)</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	26.676	80

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	<u>Fluxos de caixa contratuais</u>				
<u>31/12/2019</u>	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	5	5	-	-	-

13 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2019 e 2018 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

14 Compromissos Futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

a. Financiamento

Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), mediante abertura de crédito no valor de R\$ 98.331, que deverá ser integralmente liberado ao longo do exercício de 2020.

O cronograma de pagamento de principal do financiamento está apresentado a seguir:

2022 – R\$ 785
2023 – R\$ 2.320

2024 – R\$ 2.846
2025 – R\$ 3.249
2026 à 2038 – R\$ 89.131

b. Fiança

Por imposição contratual derivada do contrato de financiamento a Companhia possui compromissos futuros de contratar fianças bancárias. A contratação foi realizada com o Banco BTG Pactual, o valor é correspondente ao saldo do financiamento no montante de R\$ 98.331.

c. Arrendamento

Em 14 de novembro de 2018, a Companhia e suas controladas firmaram um contrato particular de Cessão Onerosa de Direito de Uso de Bem Imóvel junto a Lira Empreendimentos LTDA. O objeto do contrato foi a cessão do direito de uso de uma parte do imóvel, mediante as contraprestações apresentadas a seguir:

2020 – R\$ 173

Após a entrada em operação, será devida 1% da receita líquida de cada projeto especificamente relacionado à geração de energia do complexo Fotovoltaico Salgueiro, o qual será pago em parcelas anuais.

15 Eventos Subsequentes

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e abaixo estão descritos os principais riscos oriundos da pandemia:

- Atraso no início e por consequência na conclusão da construção do parque fotovoltaico;
- Risco de atraso no início das atividades comerciais, previstas para setembro de 2020.

De modo a endereçar esses possíveis riscos, a Companhia vem acompanhando e/ou adotando as seguintes medidas:

- (i) No Estado de Pernambuco, há vários atos, dentre eles o Decreto nº 48.809 de 14 de março de 2020 (alterado pelo Decreto n.º 48.82 de 3 de abril de 2020) que impõe medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19. As medidas restritivas impostas pelo Estado valem até 31 de abril de 2020 por força do Decreto n.º 48.958 de 17 de abril de 2020.
- (ii) No Município de Terranova, há o Decreto Municipal 13/2020 o qual é válido por prazo indeterminado, que proíbe qualquer atividade relacionada à obra de Salgueiro. Dessa forma, consideramos como nova previsão de entrada em operação a data de janeiro de 2021, não impactando as obrigações firmadas em contrato de concessão de energia elétrica.
- (iii) A Companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação. Finalmente, a Companhia notificou força maior a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), sobre os impactos da COVID-19 no andamento das obras, para

caso seja necessário no futuro, estender a duração de prazo dos contratos de venda de energia elétrica.

* * *